



A ESCOLA NOVA E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO PERÍODO DE 1880-1935

Jailton Santos Silva¹
Larissa Ferreira Ferro²

GT 12 – História da Educação

RESUMO

Este artigo aborda o ensino da geografia escolar entre as duas últimas décadas de século XIX e as três primeiras décadas do século XX destacando as propostas de renovação do ensino dessa disciplina e o papel dos intelectuais Rui Barbosa e Carlos Miguel Delgado de Carvalho para a consolidação de uma geografia moderna na sociedade brasileira, orientada a partir dos princípios da Escola Nova. Como fonte de pesquisa utilizou-se livros, artigos e dissertações produzidas sobre a referida temática. A partir da análise, constatou-se que essa disciplina escolar sofreu grande influência dos ideais escolanovistas nos seus métodos de ensino e que sua consolidação enquanto disciplina escolar foi fundamental para institucionalização da geografia acadêmica brasileira.

Palavras-chave: Carvalho. Educação. Escola Nova. Geografia Escolar. Rui Barbosa.

ABSTRACT

This article deals with the teaching of school geography between the last two decades of the nineteenth century and the first three decades of the twentieth century highlighting the proposals for renewing the teaching of this discipline and the role of intellectuals Rui Barbosa and Carlos Miguel Delgado de Carvalho for the consolidation of a modern geography in Brazilian society, guided by the principles of the New School. As a research source, books, articles and dissertations produced on the subject were used. From the analysis, it was verified that this school discipline had a great influence of the Escolanovistas ideals in its teaching methods and that its consolidation as a school discipline was fundamental for the institutionalization of Brazilian academic geography.

Key words: Carvalho. Education. New school. School Geography. Rui Barbosa.

¹ Mestre em Educação. Bacharelado e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE/CNPq/UFS). Email: jailton-santos25@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: larissaferrropsic@gmail.com



INTRODUÇÃO

Alcançando seu auge nas primeiras décadas do século XX, os ideais escolanovista encontravam-se sendo gestados desde o final do período imperial brasileiro, especialmente nas duas últimas décadas que antecedem a Proclamação da República. Sobretudo a partir de 1880, a modernização da educação brasileira é alvo de intensos debates envolvendo intelectuais liberais e conservadores que apontavam a escolarização da sociedade como uma necessidade para o progresso do país.

Os discursos proferidos a partir de então, mirando-se em países europeus e nos Estados Unidos, chamam atenção para a necessária renovação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Aliado aos condicionantes sociais das décadas futuras, este discurso se efetivará a partir dos princípios da Escola Nova, produzindo mudanças significativas no ensino das diversas disciplinas que compunham o currículo escolar, a exemplo da Geografia.

No presente trabalho, a partir da historiografia da educação e do pensamento geográfico brasileiro, analisa-se através dos ideais escolanovista, o ensino da geografia escolar no período de 1880 a 1935. Nesse sentido a análise se debruça nos seguintes questionamentos: Houve propostas de renovação do ensino da geografia escolar entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX? Quais os principais intelectuais que contribuíram para as modificações no ensino dessa disciplina? Quais aspectos sociopolíticos impulsionaram as transformações ocorridas?

Buscando contemplar estes questionamentos, o trabalho foi desenvolvido sob a perspectiva da pesquisa histórica de cunho bibliográfico, a partir da análise de artigos de periódicos nacionais, livros e dissertações que versam sobre a temática em estudo.

OS PRINCÍPIOS ESCOLANOVISTA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA

Nos anos de 1880 paira sobre a sociedade brasileira um conjunto de ideias que apoiadas no positivismo de Augusto Comte e no evolucionismo de Spencer se traduzem no país pela imagem do progresso, apontando o fim da monarquia e a necessidade de mudança e atualização da sociedade, que pode ser evidenciado com as discussões do projeto de abolição da escravidão. A partir desse período, presencia-se no país uma série de modificações sociais e culturais que se estendem especialmente até a década de 1920, e que se caracterizam pelo



estabelecimento do voto universal, o regime da pequena propriedade, o crescimento da indústria, entre outros aspectos como aponta Hilsdorf (2011).

De 1880 a 1920 assiste-se à passagem de um regime de trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, bem como ao início de um processo de urbanização que se encontra ligado à expansão da industrialização e a atração de imigrantes para trabalhar nas fábricas propiciando o surgimento de um proletariado urbano, além da presença do capital estrangeiro subsidiando o setor industrial e a inspiração no modelo de desenvolvimento norte-americano.

Diante desse cenário, no campo educacional ganha ênfase os debates sobre cientificismo e as inovações pedagógicas no ambiente escolar, resultado do que era apresentado pelos países europeus e norte-americanos nas Exposições Internacionais que o Brasil participava. Como aponta Warde (2000, p.41) “Nessas exposições os países aprendiam a organizar os seus registros educacionais, a fazer relatórios minuciosos, a elaborar estatísticas, a apresentar novos dispositivos, tecnologias e métodos de ensino”.

As discussões se encaminhavam em torno do papel do Estado brasileiro na obra educativa, ganhando destaque, intelectuais como Rui Barbosa que defendia a ação ampliada do Estado no processo de escolarização da sociedade brasileira. Postulando em 1882, no parecer da Comissão de Instrução da Câmara, a necessidade de tornar as disciplinas escolares mais científicas e o seu apoio as reformas propostas por Leôncio de Carvalho em 1879³.

De acordo com Rocha (2009) em 13 de abril de 1882, Rui Barbosa apresenta o parecer sobre o ensino secundário e superior do país e em 12 de setembro do mesmo ano, o parecer sobre o ensino primário, nos quais postula a necessidade de renovação do ensino da disciplina de geografia que deveria orientar-se a partir da geografia moderna que se desenvolvia na Alemanha.

Cabe salientar que a geografia escolar se constituiu enquanto disciplina autônoma no currículo do país em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, estando sobre a influência da geografia francesa até a década de 1920.

A partir dos pareceres, Rui Barbosa procurava mostrar como o ensino da geografia escolar no Brasil encontrava-se atrasado em relação aos países europeus, baseado em uma geografia decorativa e mnemônica, cujo objetivo maior era memorizar nomes dos

³ Em 1879, Leôncio de Carvalho, por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, decretando medidas como a criação de cursos primário, o estímulo a alfabetização de adultos, entre outras.



elementos geográficos. E apontava a incorporação dos pressupostos de Pestalozzi para renovação do ensino dessa disciplina. Segundo Rocha (2009, p. 80):

Rui Barbosa denunciou as mazelas que caracterizavam a prática de ensino desta disciplina no Brasil, demonstrando o quanto estéril era a aprendizagem de geografia nas nossas escolas. Memorizar era a palavra de ordem. Reter o maior número de nomenclaturas era considerado o verdadeiro sentido da aprendizagem.

Para Rui Barbosa a geografia precisava ser desenvolvida a partir das lições de coisas, e seguindo as bases definidas por Kant, Humboldt e Ritter, incorporar a figura humana nos conteúdos abordados, enfatizando a relação entre homem e meio que caracteriza os estudos geográficos (ROCHA, 2009).

Os postulados dos pareceres de Rui Barbosa não se efetivaram no período proposto, sendo incorporados no ensino da geografia escolar apenas a partir de 1920, com as contribuições de Delgado de Carvalho para o ensino desta disciplina.

Destaca-se que até o período de 1880, o aspecto decorativo que perpassava o ensino de geografia é uma característica da educação brasileira, sendo apontado a partir de então, a necessidade de renovação desta educação. O que irá se firmar a partir do século XX através dos princípios da Escola Nova. Por outro lado, percebe-se que estes princípios já permeavam o imaginário social desde as décadas finais do período imperial.

Com a república e a reforma de Caetano de Campo, em 1890, verifica-se inicialmente em São Paulo o surgimento dos grupos escolares enquanto instituições específicas que representam uma mudança no modelo de educação até então praticado. Estes grupos eram caracterizados pelo prédio próprio de arquitetura característica, pela seriação do conhecimento, a ênfase nos saberes científicos e na formação de um nacionalismo patriótico.

De acordo com o que aponta Teive e Dallabrida (2011) nos grupos escolares a moral e o civismo perpassam a figura do professor, devendo este educar na perspectiva de desenvolver o caráter.

Os grupos escolares se espalham por todo o país principalmente a partir das décadas de 1900 e 1910, produzindo diversas modificações no ensino, como a consolidação do método intuitivo/lições de coisas, a partir dos quais a aprendizagem se desenvolveria através do contato com os objetos e da observação. Assim a presença de materiais nas salas de aula era fundamental para a ocorrência da mesma.



Além do método intuitivo, a aula desenvolvia-se pelo método simultâneo, no qual um professor conduz uma classe homogênea que segue um mesmo programa, utilizando os mesmos livros e sujeitos as mesmas avaliações. Para Araújo (2009, p. 256):

Tal como o ensino individual, o simultâneo implica em uma ação de caráter coletivo e reúne as interações no interior de um grupo de mais ou menos quarenta alunos – como é comum hoje – com um professor. Nessa direção, trata-se a um só tempo, de atender as exigências individuais dos alunos sem perder de vista a dimensão coletiva do trabalho docente.

No início de século XX verificamos no país a implantação de um novo modelo urbano-industrial, com a disseminação de novos padrões culturais. Nesse sentido, nas décadas de 1910 e 1920, observa-se um entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico que impactou a educação brasileira principalmente no que diz respeito a ampliação das discussões sobre o acesso a escolarização da população e a necessidade de repensar as funções da escola, seu currículo e metodologias. Tendo em vista a necessidade de diminuir os índices de analfabetismo e garantir uma escola pública de qualidade como caminho para assegurar ao Brasil o progresso tão almejado (ROCHA, 2009).

A reforma implantada por Sampaio Dória, em São Paulo, no ano de 1920 é mais um sinal desse caminho de renovação escolar, sendo seguido por Lourenço Filho no Ceará em 1923, e Anísio Teixeira na Bahia em 1925, entre outros.

Na concepção de Mello (2014) a partir de 1920 encontramos na sociedade uma efervescência cultural atrelada a mudanças nas concepções clássicas herdadas, a necessidade de expansão da escola, bem como a afirmação dos ideais escolanovistas baseados em uma aprendizagem centrada no aluno e no combate ao formalismo pedagógico.

Como destaca Vidal (2000, p. 515): “Nesse movimento, mais do que atualizar os princípios e as práticas educativas do fim do século XIX, a escola nova promoveu, nos anos 20, rupturas nos saberes e fazeres escolares”.

Dessa forma, os escolanovistas miravam-se nas discussões dos Estados Unidos e da Europa e implantaram no Brasil uma escola de experimentação, baseada na psicologia experimental. O novo é marcado pela racionalização e eficiência das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, o que estava alinhada as novas demandas da sociedade estabelecida.

O método de projetos é incentivado como estratégia de trabalho coletivo e as lições de coisas e os recursos didáticos deveriam ser realidade das escolas públicas. Sendo que nestas o trabalho pedagógico deveria ser desenvolvido a partir da centralidade da criança no



processo educativo e considerando a cientificidade das disciplinas. Na “nova” escola as concepções higienistas veem-se corrigidas pelas psicopedagógicas, criando-se um ambiente escolar mais liberal, preocupado com uma educação de massa.

De acordo com Vidal (2000, p. 513):

A escola laboratório, aqui, apresentava-se como uma possível síntese. Oferecendo-se para teste das propostas elaboradas no exterior, abria-se à observação e a sistematização do comportamento infantil, à experimentação de novos métodos e práticas pedagógicas enraizados na realidade brasileira, à construção de escalas e medidas, permitindo a elaboração de parâmetros científicos ao desenvolvimento dos novos hábitos sociais e sua avaliação em padrões brasileiros, bem como a visibilidade das mudanças implementadas pela ação dos educadores renovados no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, conforme aponta Barros (2000) a geografia servia como ideologia do pensamento patriótico, que visava a construção da identidade nacional. Diante deste cenário, a geografia escolar brasileira inicia um processo de transformação e de afastamento da geografia clássica francesa, caracterizada pela aprendizagem da nomenclatura geográfica, consolidando sua transformação no plano oficial, a partir da reforma de Luiz Alves e Rocha Vaz em 1925.

Segundo Rocha (2009) a reforma ampliou o curso secundário para seis anos, implantou em definitivo o regime seriado em caráter universal na educação brasileira e o cumprimento do regimento interno do Colégio Pedro II, no que tange a organização didática e administrativa as demais escolas do país. O que representou a uniformização do currículo para todos os ensinos secundários, assim como dos conteúdos para todo o território nacional.

Neste período, Carlos Miguel Delgado de Carvalho era o lente de geografia do Colégio Pedro II, sendo este o grande mentor da renovação do ensino dessa disciplina. De acordo com Albuquerque (2011) Delgado de Carvalho nasceu na França em 1884, sendo filho de um diplomata brasileiro, tendo só conhecido o Brasil em 1907. Realizou seus estudos na Europa, onde formou-se em Letras pela Universidade de Lyon na França, Direito em Lausanne na Suíça, Ciências Políticas em Paris, e Economia e Política em Londres.

Após contatos com teóricos ingleses e norte-americanos, retornou ao Brasil em 1920, adentrando para o Colégio Pedro II enquanto lente de Inglês, onde também passou a ministrar a disciplina de geografia e posteriormente sociologia. Defensor de uma geografia moderna bem como dos ideais da escola nova, Delgado de Carvalho diante da reforma de 1925, propõe um novo currículo para ensino da geografia no Colégio Pedro II, que é aceito



pela instituição devendo ser seguido por todas as demais instituições secundaristas do país. Além disso, publica o livro *Methodologia do Ensino Geographico* (Introdução aos estudos de Geographia Moderna), a partir do qual tece duras críticas ao ensino da geografia escolar brasileira.

Como aponta Albuquerque (2011, p. 45) Delgado de Carvalho:

Trouxe em seu *Methodologia do Ensino Geographico* uma preocupação sistemática com conteúdos e métodos a serem abordados. Assim, dedicou um capítulo a cada um dos níveis de ensino, de maneira que pudesse fazer sugestões efetivas para cada um deles. Resumidamente, para o ensino em geral propunha que este iniciasse sempre pelos temários próximos à realidade dos alunos e que tivessem como fundamento a Geografia moderna.

Por sua vez, Rocha (2009, p. 88) destaca que:

Contraopondo-se ao que era regra, Delgado de Carvalho propôs um conhecimento mais científico da geografia. Execrou a mera nomenclatura, defendendo um estudo que partisse da geografia física elementar. No seu ponto de vista, ninguém poderia de fato desenvolver um estudo sério de geografia, se não tivesse como ponto de partida a fisiografia. Afirmou também que a antropogeografia deveria ser dado maior destaque nas aulas referentes a geografia humana, fato que já começava a ser verificado em países europeus.

Para Delgado de Carvalho, o método comparativo seria o método de ensino da geografia moderna, fundada no estudo da realidade brasileira. Juntando-se a ele neste período os professores Raja Gabaglia e Honorio Silvestre.

De acordo com o currículo proposto por Carvalho os alunos secundaristas deveriam iniciar seus estudos pela astronomia, perpassando pela fisiografia, a geografia humana, a geografia geral que unia os estudos de fisiografia e antropogeografia, os estudos de geografia do Brasil e por fim pela astronomia e a cosmografia (ROCHA, 2009). Estando as aulas orientadas pelo método intuitivo como forma de produzir uma aprendizagem ativa e participativa.

Cabe salientar que antes mesmo da reforma de 1925, Delgado de Carvalho já buscava introduzir uma geografia científica no Brasil a partir de seu primeiro livro “Geographia do Brasil”, publicado em 1913. Além deste, o referido autor ainda publicou em 1926 o livro “Geografia elementar e Physiografia do Brasil” chegando Albuquerque (2011) a afirmar que sua produção se estende até 1960.



Para Melo (2014) os princípios da Escola Nova são contemplados na obra de Delgado de Carvalho através: da crítica a geografia tradicional, mnemônica e descritiva; da busca pelo despertar na criança o desejo de aprender; da proposição de conteúdos considerando a maturidade psicológica da criança; e pelo apelo a utilização de materiais e recursos didáticos atraentes para a aprendizagem dos conceitos geográficos.

Diante da contribuição de Carvalho e do cenário sociopolítico dos anos 30, marcado por uma nova estrutura política centrada na administração pública, concentradora de poder e que precisava conhecer o seu território, assim como disseminar o discurso nacionalista com maior intensidade, vê-se a consolidação de uma geografia moderna no país.

Com a reforma de Francisco Campos, em 1931 e a criação do Ministério de Educação e Saúde bem como, com o manifesto dos pioneiros da Escola Nova, encabeçado por Anízio Teixeira e do qual Carvalho foi signatário, a geografia científica vai ganhando forma e importância na sociedade brasileira.

A respeito dos Pioneiros da Educação Nova, cabe ressaltar como aponta Nunes (2010, p.31), que estes buscavam “Uma escola pública com um Ensino Básico de qualidade para todos, onde a pesquisa é assumida como componente do ensino, e em que os espaços e os tempos da educação sejam significativos para cada sujeito dentro dela”.

Alinhado com as ideias dos Pioneiros da Educação Nova e devido a necessidade de formar os professores para lecionar a geografia na escola básica, ocorre em 1934, a criação do primeiro curso superior de geografia do país, na Universidade de São Paulo (USP).

Em 1935 a Universidade do Brasil, mais tarde denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também cria o seu curso superior de geografia, consolidando a institucionalização dessa disciplina no país, que em desacordo com outras disciplinas, surgiu primeiro na escola básica legitimando a ciência acadêmica posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar o desenvolvimento da geografia escolar de 1880-1935 ressalta-se a influência dos ideais da Escola Nova sobre os métodos de ensino dessa disciplina, contribuindo significativamente para a institucionalização da geografia acadêmica na década de 30 do século XX.

No processo de amadurecimento dessa disciplina, recebe destaque a atuação de alguns intelectuais como Rui Barbosa que nas últimas décadas do período imperial apontava a



necessidade de renovação do ensino da geografia, assim como Delgado de Carvalho que desde os anos de 1913 quando publicou seu primeiro livro, já assinalava tal necessidade. Nesse sentido, os dois intelectuais se destacam pelo combate a uma geografia escolar decorativa e enfadonha, fortemente influenciada pela geografia francesa.

Cabe ressaltar a partir da análise produzida, a forte influência dos modelos norte-americano e europeus na sociedade brasileira do período, visto que estes representavam o ideal de progresso e de modernização a ser alcançado, perante o grau de inovação por eles produzido.

Enfim, afirma-se que o papel estratégico da disciplina geografia para a divulgação ideológica do nacionalismo patriótico e para o conhecimento das características territoriais do Estado brasileiro, muito contribuiu para a sua consolidação enquanto disciplina escolar e posteriormente para sua institucionalização como disciplina científica nas universidades do país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da geografia escolar: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 1, n. 2, p. 19-51, 2011. Disponível em: <http://revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/29> Acesso em 21 jun. 2016.

ARAÚJO, Jose Carlos Souza. O trabalho didático do professor no Brasil dos anos de 1920: a aula em foco. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 35, 2009. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/index.php/histedbr/article/view/3836> Acesso em 26 jun. 2016.

BARROS, Maria Cristina Lanza de. **A história da disciplina geografia nas décadas de 1930 e 1940: expressão da fisionomia do Estado**. 2000. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000. Disponível em: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/785> Acesso em 21 jun. 2016.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. Os manuais de ensino de geografia produzidos no primeiro terço do século XX: fontes e objetos de estudo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 146-159, 2015. Disponível em: <http://revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/244> Acesso em 02 jul. 2016.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152p. (Coleção Educadores)



ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Por uma Geografia moderna na sala de aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de Geografia no Brasil. **Revista Mercator**, v. 8, n. 15, p. 75 -94, 2009. Disponível em:

<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/270> Acesso em 21 jun. 2016.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas/SP. Mercado de Letras, 2011.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. In: **São Paulo em Perspectiva**. [online]. 2000, vol. 14, n.2, p. 37-43.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 497-517.